

a

Governo quer refinanciar micros e evitar a anistia

Jornal de Brasília

Para evitar a aprovação, na Constituinte, da anistia às pequenas e médias empresas endividadas com os bancos, o Governo está disposto a liberar um montante equivalente a 50 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional (Cz\$ 66,8 bilhões) para sanear, pelo menos, um grupo delas. A informação foi prestada ontem pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

A proposta de novo refinanciamento das empresas — o que já foi feito há exatamente um ano — partiu do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Santana (PMDB-BA), e está em estudos no Ministério da Fazenda. À noite, entretanto, Santana informou que os autores das emendas que concedem a anistia apresentaram à Mesa da Constituinte uma fusão das três propostas.

Santana voltou ao Palácio do Planalto e se incorporou à reunião convocada pelo presidente José Sarney para discutir o assunto, que contou com os ministros da

Fazenda e da do Gabinete Civil, Mailson da Nóbrega e Costa Couto. A fusão das emendas na Constituinte prevê que os débitos são prorrogados por 180 dias, após a promulgação da Constituição, quando começarão a ser pagos com juros e correção monetária cortados à metade ao longo de 12 meses. A reunião, entretanto, nada decidiu e trouxe mais dúvida que solução.

Pela proposta de refinanciamento, o Tesouro só assume a responsabilidade de abertura de débitos de apenas aquelas empresas que vierem a ser consideradas viáveis, ou seja, cujos problemas de liquidez ou dificuldades de investimento decorram do endividamento, e não da má administração ou outros fatores de ordem particular. «O que o Governo pretende é salvar empresas e não empresários», frisou.

Nesse caso, confirmou, cada caso merecerá uma atenção especial por parte dos credores aos quais caberá decidir sobre a via-

bilidade dos projetos dessas empresas. O que é impossível, disse, é cobrir, indiscriminadamente, todos os débitos das 500 mil empresas pequenas e médias.

Alternativa

Embora a proposta do líder do Governo conte com a simpatia da Presidência da República, e do próprio ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, o ministro Ronaldo Costa Couto garantiu ontem que o Governo não pretende antecipar-se à decisão da Constituinte. Ela será utilizada, entretanto, como alternativa para dar uma solução para a questão. Ela implicaria, entretanto, um acordo em que o assunto seria sequer cogitado para integrar o texto final da Constituição.

Considera o Palácio impossível de ser realizada, na prática, uma anistia de débitos dessa ordem: o equivalente a US\$ 10 bilhões. Isto levaria à ruína um grande número de bancos oficiais, com prejuízos elevados para o Banco do Brasil.

BB calcula sua perda em Cz\$ 1 tri

O presidente do Banco do Brasil, Mário Berard, estimou ontem em Cz\$ 1.642 trilhão o prejuízo total do sistema financeiro nacional, oficial e privado, caso seja aprovada a anistia ampla para os micro e pequenos empresários, rurais e urbanos. O Banco do Brasil, afirmou, teria um prejuízo de Cz\$ 850 bilhões em decorrência da emenda do senador Mansueto de Lavor; Cz\$ 140 bilhões com a do deputado Humberto Souto e mais Cz\$ 46 bilhões com a do deputado Ziza Valadares.

Somente a emenda do senador pernambucano, continuou Berard, representa uma sangria correspondente a 227% do patrimônio líquido

do Banco do Brasil. E, ainda que a anistia resultasse da última proposta que chegou a ser elaborada pelos constituintes, o prejuízo seria de Cz\$ 324 bilhões, ou 87% do patrimônio líquido do BB. Uma medida dessa, afirmou Berard, vai prejudicar não só os 600 mil acionistas do Banco como a própria sociedade, através de aumento da carga tributária.

“Quem paga a conta é a sociedade e é preciso saber se ela está disposta a pagar mais Imposto de Renda, mais IPI, mais tributos, enfim, para cobrir a conta de 2 milhões de contratos, quando a sociedade brasileira é composta por 135 milhões de habitantes”,

argumentou Berard, confirmando, em seguida, que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, entregou o estudo da questão à secretaria geral e à sua secretaria especial de Assuntos Econômicos, na tentativa de encontrar uma fórmula intermediária, negociada.

A grande preocupação, no entanto, é encontrar possibilidades de concessões do Governo de modo a não comprometer as metas do déficit público, que são fundamentais para controle da economia brasileira. A previsão de aplicações do Governo em crédito, segundo o orçamento oficial, de acordo com Berard, é de US\$ 5 bilhões, para este ano.